



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ N° 26.545.074/0001-05

NIRE N° 35 3 0049745 7

Endereço: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 716, Andar 2 - Cidade Monções - São Paulo - SP - CEP 04751-926



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. S.A. ("Paracatu Holding" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu ("Conjunto"). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a exploração do Conjunto, o qual possui potência instalada de 132 MW e capacidade comercial de 34 MW médios e está localizado no município de Paracatu (MG), sendo composto por 4 centrais fotovoltaicas (centrais).

Central Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Paracatu I	33	8,5	09.01.2019
Paracatu II	33	8,5	09.02.2019
Paracatu III	33	8,5	09.01.2019
Paracatu IV	33	8,5	09.01.2019

A Paracatu Holding não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Solairedirect Holding Brasil S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta obtida pelas supramencionadas empresas controladas da Paracatu Holding foi 213,7 GWh, praticamente estável frente ao valor observado em 2022, de 213,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2023 foi de 98,1%, 1,5 p.p inferior ao observado em 2022, de 99,6%.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2023	2022	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	105.824	109.086	(3.262)	(3,0)
Lucro bruto	39.090	59.026	(19.936)	(33,8)
Margem bruta	36,9%	54,1%		(17,2 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	38.777	55.104	(16.327)	(29,6)
Ebitda (Lajida) ¹	66.294	78.225	(11.931)	(15,3)
Margem Ebitda (Lajida)	62,6%	71,7%		(9,1 p.p.)
Resultado financeiro	(34.996)	(47.313)	12.317	(26,0)
Lucro líquido do exercício	-27.733	965	(28.698)	(2.973,9)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + tributos sobre o lucro + depreciação e amortização

Comentário sobre as principais variações

Lucro bruto: a variação observada entre os períodos decorre, principalmente, pela redução na receita com distribuidoras em decorrência do sinistro ocorrido em 2023, e atenuado pelo reconhecimento de receita com seguros.

EBITDA: a variação é motivada, principalmente, pelo evento supramencionado, bem como pelas compras de energia realizadas em 2023. A variação é atenuada pela redução das demais despesas operacionais (gerais e administrativas).

Resultado financeiro: a variação é proveniente, substancialmente, do aumento nas rendas de aplicações financeiras em decorrência de maior disponibilidade de caixa, bem como pela redução nos juros sobre empréstimos.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados, acrescidos de um aumento nos impostos (receita de seguros).

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	659	1.123	168.897	121.986
Contas a receber de clientes	5	-	-	11.193	10.650
Dividendos a receber	7	39	39	-	-
Mútuos de coligadas a receber		-	2.732	-	-
Indenização de seguros	16	-	-	131.328	-
Outros ativos circulantes		423	98	8.713	5.985
		1.121	3.992	320.131	138.621
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	16.677	15.690
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	4.059
Outros ativos não circulantes		53	-	4.545	1.213
		53	-	21.222	20.962
Investimento	7	222.801	250.447	-	-
Imobilizado	8	-	-	520.927	647.963
Intangível		122	127	14.482	15.555
		222.976	250.574	556.631	684.480
TOTAL		224.097	254.566	876.762	823.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	15	18	11.012	4.685
Financiamentos	11	-	-	35.068	32.623
Ressarcimentos às distribuidoras	13	-	-	45.818	11.733
Outros passivos circulantes		1	2.734	28.299	6.657
		16	2.752	120.197	55.698
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	20.903	21.214
Financiamentos	11	-	-	471.158	483.912
Provisão para desmobilização	8	-	-	12.209	10.463
Outros passivos não circulantes		-	-	28.214	-
		-	-	532.484	515.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	12				
Capital social		256.788	256.788	256.788	256.788
Prejuízos acumulados		(32.707)	(4.974)	(32.707)	(4.974)
		224.081	251.814	224.081	251.814
TOTAL		224.097	254.566	876.762	823.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	-	-	105.824	109.086
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8	-	-	(27.517)	(23.121)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(9.774)	(8.925)
Serviços de terceiros		-	-	(14.009)	(9.746)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(47)	(104)
Energia elétrica comprada		-	-	(10.696)	-
Outros		-	-	(4.691)	(8.164)
		-	-	(66.734)	(50.060)
LUCRO BRUTO		-	-	39.090	59.026
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(188)	(420)	(313)	(4.496)
Outras receitas operacionais líquidas		-	(5)	-	574
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	(27.646)	1.244	-	-
Amortização da mais valia		(5)	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(27.839)	819	38.777	55.104
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		103	146	16.973	10.244
Renda de depósitos vinculados		-	-	613	-
Juros e VM sobre financiamentos	11	-	-	(48.623)	(56.723)
Juros e VM sobre provisões para desmobilização	8	-	-	(410)	-
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins		-	-	(3.219)	(323)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas		3	-	(330)	(511)
		106	146	(34.996)	(47.313)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(27.733)	965	3.781	7.791
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto corrente	14	-	-	(31.818)	(6.806)
Imposto diferido		-	-	304	(20)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(27.733)	965	(27.733)	965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(27.733)	965	(27.733)	965
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(27.733)	965	(27.733)	965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais		
Saldos em 31.12.2021		256.788	-	-	-	(5.939)	250.849
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	965	965
Saldos em 31.12.2022	12	256.788	-	-	-	(4.974)	251.814
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(27.733)	(27.733)
Saldos em 31.12.2023	12	256.788	-	-	-	(32.707)	224.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	(27.733)	965	3.781	7.791
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	27.646	(1.244)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	27.517	23.706
Impairment	-	-	45.061	-
Indenização de seguros	-	-	(131.328)	-
Juros e VM sobre financiamentos	-	-	48.623	56.723
Juros e VM sobre provisões para desmobilização	-	-	410	72
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins	-	-	3.219	324
Renda de depósitos vinculados	-	-	(613)	(652)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	58.622	11.484
Outros	5	5	(20)	(2.886)
Resultado ajustado	(82)	(274)	55.272	96.562
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(543)	(648)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	4.059	(95)
Outros ativos	2.354	(2.812)	(6.060)	(3.501)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(3)	9	1.849	(1.920)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	2.734	34.085	6.769
Outros	(2.733)	-	28.582	5.199
Caixa líquido das operações	(464)	(343)	117.244	102.366
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(25.961)	(25.485)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.241)	(7.301)
Caixa líquido das atividades operacionais	(464)	(343)	81.042	69.580
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	68
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(786)	(878)
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-	(786)	(810)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de financiamentos	-	-	(32.971)	(31.980)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(374)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	(33.345)	(31.980)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(464)	(343)	46.911	36.790
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	1.123	1.466	121.986	85.195
Saldo final	659	1.123	168.897	121.985
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(464)	(343)	46.911	36.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. (“Companhia” ou “Paracatu Holding”), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo (SP), foi constituída em 16.11.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a Paracatu Holding é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu:

Empresa	Projeto Fotovoltaico	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2023	31.12.2022
ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu I	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu II	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu III	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu IV	33	8,5	100	100

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcio Paracatu, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios, detalhados a seguir:

Paracatu I – 25%

Paracatu II – 25%

Paracatu III – 25%

Paracatu IV – 25%

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 30.04.2024.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Paracatu Holding, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.



b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na



melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:



Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

I) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	284	6	14.062	12.205
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	375	1.117	154.835	109.781
	659	1.123	168.897	121.986



A Companhia e suas controladas são participantes do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2023, a Companhia e suas controladas mantinham R\$ 11.193 (R\$ 10.650 em 31.12.2022) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto no 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5o do art. 26 da Lei no 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 16.677 (R\$ 15.690 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora					
	Saldos em 31.12.2021	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2022	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2023
Paracatu I	59.124	(8)	1.369	60.485	(3.514)	56.971
Paracatu II	62.525	(31)	1.111	63.605	(3.789)	59.816
Paracatu III	68.457	-	238	68.695	(8.148)	60.547
Paracatu IV	59.136	-	(1.474)	57.662	(12.195)	45.467
	249.242	(39)	1.244	250.447	(27.646)	222.801



b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2023

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício	Participação (%)
Paracatu I	60.411	214.418	157.447	56.971	26.799	(3.514)	100
Paracatu II	63.311	220.079	160.263	59.816	27.341	(3.789)	100
Paracatu III	70.063	220.693	160.146	60.547	27.723	(8.148)	100
Paracatu IV	61.011	220.313	174.846	45.467	23.961	(12.195)	100

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
	31.12.2023		31.12.2022		
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,1%	4.545	(835)	3.710	-
Máquinas e equipamentos	4,1%	597.473	(103.215)	494.258	625.918
Direito de uso de arrendamentos	10,2%	24.149	(2.238)	21.911	21.675
Outros	4,6%	17	(5)	12	120
		626.184	(106.293)	519.891	647.713
Em curso					
		1.036	-	1.036	250
		627.220	(106.293)	520.927	647.963

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	-	648.881	127	19.594	-	668.602
Ingressos	-	11.036	127	-	211	11.374
Transferências	-	96	(96)	-	-	-
Remensuração	-	(40)	-	1.365	39	1.364
Vendas	-	(48)	-	1.364	-	1.316
Baixas	-	(11.477)	(27)	-	-	(11.504)
Depreciação	-	(22.530)	(11)	(648)	-	(23.189)
Saldos em 31.12.2022	-	625.918	120	21.675	250	647.963
Ingressos	-	-	-	-	786	786
Desmobilização	-	1.356	-	-	-	1.356
Impairment	-	(45.061)	-	-	-	(45.061)
Transferências	3.890	(3.782)	(108)	-	-	-
Baixas	-	(58.622)	-	-	-	(58.622)
Depreciação	(180)	(25.551)	-	(712)	-	(26.443)
Remensuração	-	-	-	948	-	948
Saldos em 31.12.2023	3.710	494.258	12	21.911	1.036	520.927

c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 45.061 em decorrência de fortes ventos na região dos



quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu, parte dos *trackers* e módulos fotovoltaicos foram sinistrados. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros

d) Provisão para desmobilização

Em 2022, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques fotovoltaicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 10,2%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2023 era de R\$ 12.209 (R\$ 10.463 em 31.12.2022), a variação do saldo é decorrente de juros e variação monetária de R\$ 410 registrada no resultado de 31.12.2023.

e) Autorizações do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração das usinas solares fotovoltaicas Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III e Paracatu IV, com capacidade instalada de 132 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	-	-	23.170	21.316
Fornecedores	15	18	8.745	4.583
	15	18	31.915	25.899
Passivo circulante	15	18	11.012	4.685
Passivo não circulante	-	-	20.903	21.214
	15	18	31.915	25.899

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Varição	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível



na taxa de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2023	Provável	Sensibilidade $\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	506.226	3.146	(4.252)	(415)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	506.226	516.535
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(16.677)	(15.690)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(168.897)	(121.986)
Dívida líquida	320.652	378.859
Patrimônio líquido	224.081	251.814
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,4	1,5

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.



	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11.113	4.736	4.736	59.420	80.005
Financiamento	58.031	110.737	104.125	415.826	688.719
	69.144	115.473	108.861	475.246	768.724

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	375	1.117	154.835	109.781
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	284	6	14.062	12.205
Contas a receber de clientes	-	-	11.193	10.650
Depósitos vinculados	-	-	16.677	15.690
	659	1.123	196.767	148.326
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	15	18	31.915	25.899
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	45.818	11.733
Financiamento	-	-	506.226	516.535
	15	18	583.959	554.167

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTOS

a) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2021	517.277
Juros e variação monetária	56.723
Amortização do principal	(31.980)
Amortização de juros	(25.485)
Saldo em 31.12.2022	516.535
Juros e variação monetária	48.622
Amortização do principal	(32.970)
Amortização de juros	(25.961)
Saldo em 31.12.2023	506.226
Passivo circulante	35.068
Passivo não circulante	471.158
	506.226



b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2025	34.092
2026	34.092
2027	34.092
2028	34.092
2029 a 2033	170.460
2034 a 2035	164.330
	471.158

c) Condições contratadas

Banco	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2023
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	506.226

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ \geq 1,30

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Devido a ocorrência de evento climático que gerou danos ao ativo (mais detalhes vide Nota 16 – Seguros), os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento não foram atingidos. Entretanto, durante o ano de 2023, o BNDES formalizou que o referido descumprimento não acarretaria a antecipação do vencimento das dívidas.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 e 31.12.2022 era de R\$ 256.788, representado por 256.788.055 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 256.788.055 pertencem à controladora Solairedirect Holding Brasil S.A..

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.



NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	88.305	120.675
Indenização de seguros	20.540	-
Transações no mercado de curto prazo	-	648
Outras receitas (performance negativa)	714	(7.809)
	109.559	113.514
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.735)	(4.428)
	105.824	109.086

Em 2023, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 30.932 (R\$ 6.143 em 2022), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2023, apresentava saldos de R\$ 45.818 (R\$ 11.733 em 31.12.2022).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada. Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%. Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	88.305	88.305	120.676	120.676
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	7.064	10.597	9.654	14.481
Receita financeira	17.586	17.586	10.244	10.244
Receita extraordinária	20.540	20.540	-	-
Outros	47.525	47.525	(877)	(877)
Base de cálculo	92.716	96.248	19.021	23.848
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(13.907)	(8.662)	(2.854)	(2.145)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(9.249)	-	(1.807)	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(23.156)	(8.662)	(4.661)	(2.145)



NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 118.648.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 35.252.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2023, era de R\$ 1.800.588.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 527.338 para danos materiais e R\$ 135.836 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

Indenização de seguros

No dia 02.04.2023, ocorreu evento climático nos quatro parques de Paracatu em decorrência de ventos fortes na região, causando danos ao ativo. Após estudos prévios, a seguradora emitiu relatório preliminar reconhecendo o sinistro e confirmando a cobertura pela apólice vigente naquela data. Com a confirmação da ocorrência do sinistro, a cobertura dos danos materiais e lucros cessantes e o parecer favorável para o adiantamento parcial da indenização concedido pela seguradora, a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro 2023, a Companhia reconheceu a indenização do seguro até o limite dos gastos do período para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foram reconhecidos em 2023 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2023
Receita operacional líquida	20.540
Custos operacionais	7.125
Outras receitas operacionais, líquidas	45.061
Outras despesas operacionais, líquidas	58.602
	131.328



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa

Contador - CRC SC 023609/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

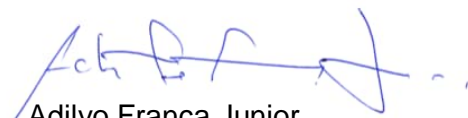
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O